**MOÇÕES**

**Moção de Apoio**

Os professores de 41 seções sindicais das Universidades e Institutos Federais presentes na reunião do Setor das IFES do ANDES-SN nos dias 29 e 30 de março manifestam seu apoio e solidariedade à greve dos trabalhadores técnico-administrativos das IFES, organizados na Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação da Universidade Brasileira (FASUBRA) iniciada no dia 17 de março de 2014.

Sabedores de que esta luta faz parte do processo mais amplo de defesa da universidade pública gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e que vem sendo alvo das políticas de desmonte dos serviços públicos pelo governo, ao priorizar a destinação de suas verbas para o setor privado. Exigimos do governo Federal o respeito aos técnicos-administrativos das IFE, negociações efetivas e atendimento às suas justas reivindicações.

 Brasília, 30 de março de 2014.

**MOÇÃO DE REPÚDIO À AÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) NO DIA 25 DE MARÇO DE 2014**

Brasília, 30 de março de 2014

Os professores de 41 seções sindicais das Universidades e Institutos Federais presentes na reunião do Setor das IFES do ANDES-SN nos dias 29 e 30 de março repudiam veementemente a ação ilegal da Polícia Federal, que fere o Art. 207 da Constituição Federal, ao promover operação repressiva na Universidade Federal de Santa Catarina, no dia 25 de março corrente, sem qualquer comunicação ou autorização da Reitora, com o agravante de chamar a tropa de choque da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, que agiu violentamente contra estudantes, professores e servidores técnico-administrativos.

Reiteramos ainda que é inadmissível rever, em tempos atuais e às vésperas dos 50 anos do Golpe militar, a tropa de choque dentro de uma Universidade, remetendo a um período da história recente em que a truculência e a imposição de uma ordem autoritária limitadora das liberdades civis e dos direitos humanos envergonham o Brasil. Inadmissível é também a afronta à instituição universitária. Cães, balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral e cassetetes são instrumentos incompatíveis com a função social das Universidades.

Manifestam também apoio e solidariedade aos professores, técnico administrativos e estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, condenando atos de tamanha violência e cobrando das autoridades a apuração efetiva dos fatos e dos responsáveis e sua punição.

**MOÇÃO DE REPÚDIO**

Brasília, 30 de março de 2014

Os professores de 41 seções sindicais das Universidades e Institutos Federais presentes na reunião do Setor das IFES do ANDES-SN nos dias 29 e 30 de março repudiam à criminalização da luta contra a EBSERH na UFCG, com o uso de seguranças privadas e a intervenção das polícias militar e federal a mando do reitor José Edilson Amorim.

No dia 18/03/2014, foi realizada reunião do colegiado pleno, instancia máxima de deliberação, o objetivo de desfazer decisão tomada de não adesão da UFCG à EBSERH em 29/10/2012, por ampla maioria, por entender que a mesma atinge a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e entrega o patrimônio público a uma empresa de direito privado.

 Após a manifestação da comunidade universitária, na referida reunião, inclusive de conselheiros, sobre a manipulação, imprecisão e inconsistência das informações da administração, houve votação para definir a reabertura da discussão, o reitor encerrou a reunião recusando-se a contagem de votos de forma nominal. Seguiram-se manifestações dos estudantes e ocupação da reitoria exigindo-se que não fosse tomada nenhuma decisão monocrática de adesão, como ameaçara o reitor caso não fosse aprovado pelo colegiado pleno naquele momento. A manifestação foi amplamente reprimida pela segurança privada da instituição em conjunto com intervenção das polícias militar e federal. O desfecho foi, no dia 26/03/2014, a adesão da UFCG à EBSERH com a decisão autocrática à revelia das instâncias deliberativas, ferindo o estatuto da universidade. Nosso veemente repúdio a atitude autoritária do reitor da instituição e ao uso da força repressiva frente à justa e legítima manifestação da comunidade universitária, em especial seus estudantes.